



PARECER
CONTROLE INTERNO

2º Termo Aditivo

C. A. nº 019/2022 – FMS

(Pregão Eletrônico nº PE-CPL-009/2021-PMBB – Processo nº 2021.1111-01/SEMAP)
ARP Nº 002/2022-PMBB

PROCESSO nº: 2023.1215-02/SEMUS

EMENTA: 2º **Termo Aditivo**/Objeto:
Prorrogação de Vigência do Contrato
inicial, para atender as demandas da
Secretaria Municipal de Saúde de Breu
Branco/PA, conforme *Contrato*
Administrativo nº 019/2022-FMS.

Contrato: Recarga de Gás Liquefeito
de Petróleo para atender as
necessidades da Secretaria de Saúde
de Breu Branco-PA.

Quanto aos autos constatamos que:

- Trata-se do 2º Termo Aditivo para a prorrogação de prazo do Contrato Administrativo CA nº 019/2022-FMS, celebrada entre o Fundo Municipal de Saúde de Breu Branco, e a empresa LUNA N CERQUEIRA EIRELI, oriundo do Processo Licitatório PE-CPL-009/2021-PMBB e Processo Adm. 2021.1111-01 SEMAP, cujo objeto é a aquisição parcelada de RECARGAS DE GÁS LIQUEFETO DE PETRÓLEO – GLP, EM BOTIJOES DE 13KG (P13) E 45 KG (P45) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Breu Branco-PA;
- Consta o despacho datado de 14/12/2023, no qual a Sra. Letícia Machado da Silva (fiscal de contrato), recomenda a confecção do 1º Termo Aditivo, com apresentação dos fatos e justificativa para a solicitação do aditamento;
- Consta também o Ofício, no qual a Secretária de Saúde, informa e solicita da empresa supra mencionada, se há o interesse de firmar o referido termo aditivo. Logo, a empresa, se manifestou em aceitar o aditamento, pelos mesmos valores do contrato inicial;
- Consta ainda as JUSTIFICATIVAS, para a realização do Termo Aditivo apresentadas pela gestora da Saúde;
- Consta também o PARECER nº 408/2023 – PROJUR, da Procuradoria do Município), que teve ciência da Minuta do 2º Termo Aditivo, como ainda se manifesta favorável à realização do Termo;
- Consta a AUTORIZAÇÃO da Gestora, para a realização do 2º Termo Aditivo;
- Consta finalmente o referido 2º Termo Aditivo, devidamente assinado pelas partes envolvidas;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA DE CONTROLES INTERNOS - PROCIN

Quanto aos atendimentos legais durante a fase interna, aos requisitos legais de publicidade dos atos, dos requisitos de habilitação dos licitantes e das exigências para contratação, esta Coordenadoria já se manifestou, quando emitiu pareceres tanto do processo quanto do contrato, ora aditivado.

Sob o ponto de vista técnico o pedido e a justificativa apresentada, não deixam dúvidas sobre a necessidade do aditamento do contrato, quanto a sua prorrogação, como prevê o art. 57, inciso II e § 2º da Lei 8.666/93, da possibilidade da Administração Pública, realizar, em seus contratos, prorrogação devidamente justificada e autorizada.

Destarte, o presente termo nada altera com modificações ao objeto principal da sua execução, tão somente o período de sua vigência.

Prazo de Prorrogação do Aditivo até 01 de maio de 2024:

Início Vigência:

01/01/2024

Fim Vigência:

01/05/2024

Portanto, verificado a necessidade do aditamento pelas causas exposta, não há objeção desta Coordenadoria para que o **1º Termo de Aditamento** seja realizado, uma vez que foram cumpridas as determinações vigentes.

Para que torne seus efeitos legais, orienta esta Coordenadoria que seja publicado o extrato do presente termo aditivo.

É o parecer.

s.m.j

Breu Branco - PA, 21 de dezembro de 2023.

Dorivaldo Demétrio da Silva Junior
Coordenador de Controles Interno